

PREGÃO ELETRÔNICO

90024/2026

CONTRATANTE (UASG)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA –
HCFAMEMA (092601)

OBJETO

Contratação de **SERVIÇO DE TAPEÇARIA PARA FROTA VEICULAR**

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

“Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.”

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026**

(Processo Administrativo nº 144.00002069/2026-17)

Torna-se público que o HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, por meio do(a) *Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos do HCFAMEMA*, sediado(a) *rua Dr. Reinaldo Machado, 255, Bairro Fragata, Marília/SP, CEP17.519-080*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **SERVIÇO DE TAPEÇARIA PARA FROTA VEICULAR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 3,00 (TRÊS REAIS) PAR O ITEM 4; R\$ 10,00 (DEZ REAIS) PARA O ITEM 11; R\$ 15,00 (QUINZE REAIS) PAR AO ITEM 3, 13, 14 E 15; R\$ 18,00 (DEZOITO REAIS) PARA O ITEM 1; R\$ 23,00 (VINTE E TRÊS REAIS) PARA O ITEM 2 E 10; R\$ 30,00 (TRINTA REAIS) PARA O ITEM 5, 7 E 12; R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) PARA O ITEM 6; R\$ 60,00 (SESENTA REAIS) PARA O ITEM 8 E 9.**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao

limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação **preços** no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.11. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [sítio eletrônico: ://www.hcfamema.sp.gov.br/hcfamema/transparencia/licitacao_e_compras_publicas](http://www.hcfamema.sp.gov.br/hcfamema/transparencia/licitacao_e_compras_publicas).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – PORTARIA HCFAMEMA Nº 02 DE 20 DE JUNHO DE 2024;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia.

Marília, 28 de Março de 2026

IGOR RIBEIRO DE CASTRO BIENERT

Vice-Presidente

Vice-Presidência do HCFAMEMA

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

Termo de Referência - Serviços 83/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	83/2026	92601-ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA	Editado por	ANDERSON SILVA CARVALHO	Atualizado em	28/04/2026 09:05 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO					

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	207/2026	144.00002069/2026-17

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **SERVIÇO DE TAPEÇARIA PARA FROTA VEICULAR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO 01				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821 Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
2	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819	3565	UND	1

	<p>Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>			
3	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820</p> <p>Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
4	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020 /2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG- 6A39 - PATRIMÔNIO 3708</p> <p>Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
5	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA- 0769, ANO 2014/2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824</p> <p>Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
6	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA - ANO 2014 /2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790</p> <p>Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1

7	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN-KOMBI-ANO 2011/2012- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA FAG-9266-PATRIMÔNIO 884 Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
8	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZX-1670 - PATRIMÔNIO 823 Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
9	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTERM - ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401 Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
10	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FIAT DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJL-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507 Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO			

11	<p>FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012 /2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822</p> <p>Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
12	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990</p> <p>Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
13	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL /GASOLINA-PLACA EVS-5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC</p> <p>Codigo:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
14	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015 /2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400</p> <p>Codigo:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
15	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992</p>	3565	UND	1

Codigo:72623 Cod.SIAFISICO:			
19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:			
33903980			

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **10 (dez) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme designação da Equipe de Planejamento da Contratação publicada no PNCP, Id pca PNCP: 24082016000159-0-000001/2026 - HCFAMEMA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Para análise e julgamento da proposta, deverão ser apresentados os documentos abaixo:

4.2.1. Planilha de Proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo do Edital, contendo os preços unitários e o valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame;

4.2.2. A planilha de proposta deverá conter todas as informações contidas no modelo anexo ao Edital, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência e dos demais documentos que instruem esta contratação.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 (oito) horas às 17:00 (dezessete) horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.1. Os interessados deverão agendar a vistoria através do e-mail: cfc-licitacao@hcfamema.sp.gov.br de segunda à sexta-feira, das 08:00 (oito) horas às 17:00 (dezessete) horas.

4.6. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. Os interessados deverão atuar em conjunto com a **SEÇÃO DE TRANSPORTE DO HCFAMEMA** nas visitas técnicas e na coleta de informações referentes ao objeto deste termo, antes de iniciar qualquer atividade.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato.

5.2.2. A definição das prioridades para a execução dos serviços será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, considerando suas demandas operacionais e a necessidade de manutenção dos veículos.

5.2.2.1. As intervenções serão organizadas por meio de cronograma de prioridades, podendo este ser ajustado conforme a evolução das necessidades.

5.2.2.2. Adicionalmente, após a celebração do contrato, poderão ser realizadas reuniões de alinhamento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** a qualquer momento, com o objetivo de definir, revisar ou reprogramar as prioridades de atendimento, assegurando maior eficiência na execução dos serviços e minimização de impactos nas atividades da frota.

5.2.3. Serviços a serem executados:

GRUPO 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SERVIÇO A SER REALIZADO
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821 Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
2	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819 Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
3	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820 Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
4	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020/2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG-6A39 - PATRIMÔNIO 3708 Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros
5	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA-0769, ANO 2014 /2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma bancos dianteiros • Cintos • Volante • Banco médico • Banco acompanhante

	<p>Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tampão das portas laterais e traseira
6	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MNIKS AMBULANCIA - ANO 2014/2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790</p> <p>Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma bancos dianteiros • Cintos • Volante • Banco médico • Banco acompanhante • Tampão das portas laterais e traseira
7	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN-KOMBI-ANO 2011/2012- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA FAG-9266-PATRIMÔNIO 884</p> <p>Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma de bancos dianteiros • Cintos • Volante
8	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZK-1670 - PATRIMÔNIO 823</p> <p>Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma de bancos dianteiros • Cintos • Volante
9	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTERM - ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401</p> <p>Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Volante
10	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FIAT DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011-COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJL-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas dos bancos dianteiros • Reforma das portas, dianteira e traseira. • Volante • Banco traseiro e encosto traseiro

	<p>Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	
11	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012 /2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822</p> <p>Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Forros das portas dianteiras
12	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990</p> <p>Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
13	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011 /2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA EVS-5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC</p> <p>Codigo:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos • Volante • Cintos
14	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015/2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400</p> <p>Codigo:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros
15	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos • Volante • Cintos

5.2.3.1. Na execução do serviço, deverão ser utilizados materiais iguais ou similares ao original de acordo com a marca/ modelo de cada veículo.

5.2.3.2. Deverá ser substituída as espumas estruturais nos casos de desgastes.

5.2.3.3. Lista do descritivo dos materiais:

ITEM	PLACA	MODELO	ANO	MATERIAL DE REFERÊNCIA
01	CZA6644	HYUNDAI/HR HDB	2011 /2012	Courvin/couro
02	CZA6622	HYUNDAI/HR HDB	2011 /2012	Courvin/couro
03	CZA6607	HYUNDAI/HR HDB	2011 /2012	Courvin/couro
04	DGG6A39	MASTER /AMBULANCIA	2020 /2021	Courvin/náutico
05	FGA0769	RENAULT /AMBULÂNCIA	2014 /2015	Courvin/náutico
06	FVO8790	RENAULT /AMBULÂNCIA	2014 /2015	Courvin/náutico
07	FAG9266	VW KOMBI	2011 /2012	Courvin/couro
08	EZK1670	VW KOMBI	2011 /2012	Courvin/couro
09	CTQ4G03	IMP/MBENZ /SPRINTERM	1998 /1998	Courvin/couro
10	DJL1J33	FIAT/DOBLO	2010 /2011	Tecido similar
11	CZA6628	FORD/FIESTA SEDAN1.6	2012 /2012	Tecido similar

12	CTQ4H31	GM/CORSA ST	1999 /1999	Courvin/couro
13	EVS5231	SAVEIRO RONTAN AMB	2011 /2012	Courvin/couro
14	GJY8D91	VW/VOYAGE TL MB	2015 /2016	Tecido similar
15	DMQ3F98	GM/MONTANA	2006 /2007	Courvin/couro

5.2.4. O prazo estimado para a execução dos serviços de cada veículo será de aproximadamente **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da autorização formal para início dos serviços considerando a quantidade e complexidade dos serviços de cada veículo concluindo todos os veículos dentro da vigência do contrato de **10 (dez) meses**.

5.2.5. Diante da essencialidade da frota para o desempenho das atividades institucionais, as manutenções deverão ser realizadas com a maior celeridade possível, observando-se a urgência na execução dos serviços, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos veículos garantindo sempre a qualidade dos reparos e a adequada recomposição dos materiais.

5.2.6. A **CONTRATADA** deverá, sempre que possível, otimizar seus processos e recursos visando à redução dos prazos, sem prejuízo da qualidade e segurança dos serviços prestados.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. A execução dos serviços de tapeçaria poderá, sempre que tecnicamente viável, ser realizada mediante a retirada das peças diretamente nas dependências da **CONTRATANTE** e encaminhadas à oficina da **CONTRATADA** para reforma. Essa prática estará condicionada à análise prévia e à aprovação da **CONTRATANTE**.

5.3.1. Caso seja constatado que o serviço pode ser executado sem prejuízo à qualidade e à segurança, a **CONTRATADA** ficará autorizada a realizar a remoção das peças necessárias, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, guarda, integridade e posterior reinstalação dos itens.

5.3.2. Essa medida visa otimizar a disponibilidade da frota, reduzir custos operacionais e minimizar o tempo de indisponibilidade dos veículos.

5.4. Quando não for possível a retirada das peças nas dependências da contratante os serviços deverão ser realizados nas dependências da **CONTRATADA**.

5.4.1. Os veículos deverão ser retirados e entregues no seguinte endereço: **Rua Drº Reinaldo Machado, nº 255, Fragata, Marília -SP.**

5.4.2. Os serviços desta licitação deverão ser executados **exclusivamente na oficina pertencente à contratada, não podendo subcontratar ou encaminhar o objeto da licitação para oficinas parceiras ou apoio técnico de terceiros**, sendo que a respectiva empresa deverá realizar o transporte dos veículos, do local onde se encontram até suas oficinas e vice-versa, em guinchos tipo plataforma.

5.4.3. Correrá por conta da **CONTRATADA** as despesas de seguro transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto, ficando ainda a empresa **CONTRATADA** responsável por qualquer avaria, danos, inclusive os provocados a terceiros e/ou ocorrência adversa havida nos veículos e/ou em seus equipamentos por ela recebidos, até sua entrega definitiva juntamente com os serviços contratados devidamente executados.

Pagamentos

5.5. Os pagamentos pelos serviços prestados serão realizados de forma individualizada, por veículo, considerando a conclusão integral dos serviços de tapeçaria executados em cada unidade da frota.

5.6. O pagamento estará condicionado à finalização dos serviços, bem como à devida verificação por parte da **CONTRATANTE**, certificando que os serviços foram executados em conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade.

5.7. Dessa forma, cada veículo concluído constituirá uma unidade autônoma para fins de pagamento, não sendo necessário aguardar a finalização de todos os serviços contratados para a efetivação dos pagamentos considerando os prazos e condições definidos no termo de referência.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis ao Contratado, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, inciso X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, inciso VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA ESCRITÓRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridade da contratação.

Outras comprovações

8.25. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art.117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art.5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art.5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.26. Tratando-se de consórcio:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.26.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.27. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.28. Também será exigida para fins de habilitação a seguinte declaração:

8.28.1. Declaração de conflito de interesse subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo anexo ao Edital, afirmando que os sócios e/ou proprietários não são membros do corpo diretivo, tenham cargo de chefia ou confiança e que não estejam envolvidos diretamente na utilização dos produtos ou serviços objeto desse processo de compra em qualquer uma das seguintes entidades: Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA; Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR; ou, Fundação Municipal de Ensino – FUMES, em atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 092601/09060;

II) Fonte de Recursos: 150.010.002;

III) Programa de Trabalho: 10302093048500000;

IV) Plano de Trabalho Resumido (PTRES) :096002;

VI) Plano de Contratação Anual: Id PCA PNCP 24082016000159-0-000001/2026 - HCFAMEMA.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KATIA SILENE TREYMAN

Chefe de Seção de Transporte do HCFAMEMA

ESP-HOSP. CLIN FAC. MED. MARILIA - HC FAMEMA

Estudo Técnico Preliminar 81/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 144.00002069/2026-17

2. Da Elaboração do ETP

- 2.1. Documento elaborado no Sistema ETP Digital, disponível no Portal do Governo Federal, e conforme orientações do "Manual" disponibilizado em 08/02/2024, pela Secretária de Gestão e Governo Digital do estado de São Paulo.
- 2.2. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) analisa a demanda referente ao Documento de Formalização de Demanda (DFD) que compõe este processo.
- 2.3. Informo que este documento foi elaborado atendendo ao Decreto Estadual nº. 68.017, de 11 de outubro de 2023, e estabelece os aspectos para a contratação e sua viabilidade.
- 2.4. Planejamento da presente contratação encontra respaldo institucional conforme designação da Equipe de Contratação publicada no PNCP, Id pca PNCP: 24082016000159-0-000001/2026 - HCFAMEMA.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Transporte do HCFAMEMA	KATIA SILENE TREYMAM

4. Descrição da necessidade

- 4.1. Contratação de empresa especializada para **SERVIÇO DE TAPEÇARIA PARA FROTA VEICULAR** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Documento de Formalização de Demanda.

GRUPO 01				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821	3565	UND	1

	<p>Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>			
2	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819</p> <p>Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
3	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820</p> <p>Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
4	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020 /2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG- 6A39 - PATRIMÔNIO 3708</p> <p>Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
5	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA- 0769, ANO 2014/2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824</p> <p>Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1

6	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA - ANO 2014 /2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790 Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
7	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN-KOMBI-ANO 2011/2012- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA FAG-9266-PATRIMÔNIO 884 Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
8	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZK-1670 - PATRIMÔNIO 823 Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
9	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTERM - ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401 Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FIAT			

10	<p>DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJL-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507</p> <p>Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
11	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012 /2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822</p> <p>Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
12	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990</p> <p>Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
13	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL /GASOLINA-PLACA EVS-5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC</p> <p>Codigo:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980</p>	3565	UND	1
14	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015 /2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400</p>	3565	UND	1

	Codigo:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980			
15	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992 Codigo:72623 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1

4.2. A manutenção dos estofados dos veículos pertencentes à frota institucional mostra-se necessária em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo, da exposição a agentes externos (poeira, umidade, calor) e da necessidade de manter condições adequadas de higiene, conforto e segurança aos usuários.

4.3. Estofados danificados, rasgados ou com acúmulo de sujeira comprometem não apenas a estética dos veículos, mas também podem impactar negativamente na ergonomia, na saúde dos ocupantes (proliferação de ácaros, fungos e bactérias) e na conservação geral dos bens públicos. Ademais, a ausência de manutenção corretiva pode acarretar custos mais elevados no futuro, em razão da necessidade de substituições completas ao invés de reparos pontuais.

4.4. Dessa forma, a contratação de serviços especializados para recuperação, higienização e eventual substituição de componentes dos estofados é medida indispensável para assegurar a durabilidade dos veículos, a adequada prestação dos serviços institucionais e o cumprimento dos princípios da economicidade e eficiência na gestão pública.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Subcontratação

5.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

Condições de execução

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. Início da execução do objeto: **10 (dez) dias** a contar da assinatura do contrato.

5.2.2. A definição das prioridades para a execução dos serviços será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, considerando suas demandas operacionais e a necessidade de manutenção dos veículos.

5.2.2.1. As intervenções serão organizadas por meio de cronograma de prioridades, podendo este ser ajustado conforme a evolução das necessidades.

5.2.2.2. Adicionalmente, após a celebração do contrato, poderão ser realizadas reuniões de alinhamento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** a qualquer momento, com o objetivo de definir, revisar ou reprogramar as prioridades de atendimento, assegurando maior eficiência na execução dos serviços e minimização de impactos nas atividades da frota.

5.2.3. Serviços a serem executados:

GRUPO 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SERVIÇO A SER REALIZADO
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821 Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
2	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819 Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
3	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820 Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
4	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020/2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG-6A39 - PATRIMÔNIO 3708 Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros
5	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA-0769, ANO 2014 /2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma bancos dianteiros • Cintos • Volante • Banco médico • Banco acompanhante

	<p>Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tampão das portas laterais e traseira
6	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MNIKS AMBULANCIA - ANO 2014/2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790</p> <p>Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma bancos dianteiros • Cintos • Volante • Banco médico • Banco acompanhante • Tampão das portas laterais e traseira
7	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN-KOMBI-ANO 2011/2012- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA FAG-9266-PATRIMÔNIO 884</p> <p>Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma de bancos dianteiros • Cintos • Volante
8	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZK-1670 - PATRIMÔNIO 823</p> <p>Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma de bancos dianteiros • Cintos • Volante
9	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTERM - ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401</p> <p>Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Volante
10	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FIAT DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011-COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJL-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas dos bancos dianteiros • Reforma das portas, dianteira e traseira. • Volante • Banco traseiro e encosto traseiro

	<p>Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	
11	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012 /2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822</p> <p>Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Forros das portas dianteiras
12	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990</p> <p>Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros • Cintos • Volante
13	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011 /2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA EVS-5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC</p> <p>Codigo:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos • Volante • Cintos
14	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015/2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400</p> <p>Codigo:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos dianteiros
15	<p>SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma dos bancos • Volante • Cintos

5.2.3.1. Na execução do serviço, deverão ser utilizados materiais iguais ou similares ao original de acordo com a marca/modelo de cada veículo.

5.2.3.2. Deverá ser substituída as espumas estruturais nos casos de desgastes.

5.2.3.3. Lista do descritivo dos materiais:

ITEM	PLACA	MODELO	ANO	MATERIAL DE REFERÊNCIA
01	CZA6644	HYUNDAI/HR HDB	2011 /2012	Courvin/couro
02	CZA6622	HYUNDAI/HR HDB	2011 /2012	Courvin/couro
03	CZA6607	HYUNDAI/HR HDB	2011 /2012	Courvin/couro
04	DGG6A39	MASTER /AMBULANCIA	2020 /2021	Courvin/náutico
05	FGA0769	RENAULT /AMBULÂNCIA	2014 /2015	Courvin/náutico
06	FVO8790	RENAULT /AMBULÂNCIA	2014 /2015	Courvin/náutico
07	FAG9266	VW KOMBI	2011 /2012	Courvin/couro
08	EZK1670	VW KOMBI	2011 /2012	Courvin/couro
09	CTQ4G03	IMP/MBENZ /SPRINTER	1998 /1998	Courvin/couro
10	DJL1J33	FIAT/DOBLO	2010 /2011	Tecido similar
11	CZA6628	FORD/FIESTA SEDAN1.6	2012 /2012	Tecido similar
12	CTQ4H31	GM/CORSA ST		Courvin/couro

			1999 /1999	
13	EVS5231	SAVEIRO RONTAN AMB	2011 /2012	Courvin/couro
14	GJY8D91	VW/VOYAGE TL MB	2015 /2016	Tecido similar
15	DMQ3F98	GM/MONTANA	2006 /2007	Courvin/couro

5.2.4. O prazo estimado para a execução dos serviços de cada veículo será de aproximadamente **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da autorização formal para início dos serviços considerando a quantidade e complexidade dos serviços de cada veículo concluindo todos os ulos dentro da vigência do contrato de **10 (dez) meses**.

5.2.5. Diante da essencialidade da frota para o desempenho das atividades institucionais, as manutenções deverão ser realizadas com a maior celeridade possível, observando-se a urgência na execução dos serviços, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos veículos garantindo sempre a qualidade dos reparos e a adequada recomposição dos materiais.

5.2.6. A **CONTRATADA** deverá, sempre que possível, otimizar seus processos e recursos visando à redução dos prazos, sem prejuízo da qualidade e segurança dos serviços prestados.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. A execução dos serviços de tapeçaria poderá, sempre que tecnicamente viável, ser realizada mediante a retirada das peças diretamente nas dependências da **CONTRATANTE** e encaminhadas à oficina da **CONTRATADA** para reforma. Essa prática estará condicionada à análise prévia e à aprovação da **CONTRATANTE**.

5.3.1. Caso seja constatado que o serviço pode ser executado sem prejuízo à qualidade e à segurança, a **CONTRATADA** ficará autorizada a realizar a remoção das peças necessárias, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, guarda, integridade e posterior reinstalação dos itens.

5.3.2. Essa medida visa otimizar a disponibilidade da frota, reduzir custos operacionais e minimizar o tempo de indisponibilidade dos veículos.

5.4. Quando não for possível a retirada das peças nas dependências da contratante os serviços deverão ser realizados nas dependências da **CONTRATADA**.

5.4.1. Os veículos deverão ser retirados e entregues no seguinte endereço: **Rua Drº Reinaldo Machado, nº 255, Fragata, Marília -SP.**

5.4.2. Os serviços desta licitação deverão ser executados **exclusivamente na oficina pertencente à contratada, não podendo subcontratar ou encaminhar o objeto da licitação para oficinas parceiras ou apoio técnico de terceiros**, sendo que a respectiva empresa deverá realizar o transporte dos veículos, do local onde se encontram até suas oficinas e vice-versa, em guinchos tipo plataforma.

5.4.3. Correrá por conta da **CONTRATADA** as despesas de seguro transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto, ficando ainda a empresa **CONTRATADA** responsável por qualquer avaria, danos, inclusive os provocados a terceiros e/ou ocorrência adversa havida nos veículos e/ou em seus equipamentos por ela recebidos, até sua entrega definitiva juntamente com os serviços contratados devidamente executados.

Pagamentos

- 5.5. Os pagamentos pelos serviços prestados serão realizados de forma individualizada, por veículo, considerando a conclusão integral dos serviços de tapeçaria executados em cada unidade da frota.
- 5.6. O pagamento estará condicionado à finalização dos serviços, bem como à devida verificação por parte da **CONTRATANTE**, certificando que os serviços foram executados em conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade.
- 5.7. Dessa forma, cada veículo concluído constituirá uma unidade autônoma para fins de pagamento, não sendo necessário aguardar a finalização de todos os serviços contratados para a efetivação dos pagamentos considerando os prazos e condições definidos no termo de referência.

Garantia da contratação

5.8. Não haverá a exigência de garantia da contratação, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com vistas ao não encarecimento da contratação e à ampliação da concorrência. Os bens objeto da contratação são caracterizados como de natureza comum, portanto, em uma avaliação de conveniência e de oportunidade socioeconômica, entende-se que a garantia da contratação pode ensejar o aumento desvantajoso dos valores praticados pelos fornecedores e dificultar a participação de licitantes no processo licitatório, além de que o certame já prevê maneiras suficientes para viabilizar a fiel execução dos termos da contratação e para sancionar os casos de descumprimentos.

6. Levantamento de Mercado

- 6.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividades seja compatível ao objeto pretendido. Para tanto, foram realizadas pesquisas, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração. Não foram observadas maiores variações quanto à execução deste objeto.
- 6.2. Foram analisadas alternativas disponíveis no mercado como:
- Oficinas especializadas em tapeçaria automotiva;
 - Empresas de manutenção de frotas com serviços integrados;
 - Contratações similaridades realizadas por outros órgãos públicos.
- 6.3. Constatou-se ampla oferta de fornecedores aptos a atender à demanda, com variação de preços conforme materiais e complexidade dos serviços.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção de tapeçaria veicular sob demanda, que inclui a execução dos reparos ou substituições dos itens danificados ou desgastados pelo uso.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Tabela da estimativa da contratação.

GRUPO 01				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821 Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
2	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819 Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
3	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820 Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
4	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020 /2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG- 6A39 - PATRIMÔNIO 3708 Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1

5	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA- 0769, ANO 2014/2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824 Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
6	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA - ANO 2014 /2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790 Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
7	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN-KOMBI-ANO 2011/2012- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA FAG-9266-PATRIMÔNIO 884 Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
8	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZX-1670 - PATRIMÔNIO 823 Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTERM -			

9	ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401 Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
10	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO FIAT DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJL-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507 Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
11	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012 /2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822 Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
12	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990 Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
13	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL /GASOLINA-PLACA EVS-5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC	3565	UND	1

	Código:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980			
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEÍCULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMÓVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015 /2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400 Código:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TAPECARIA /VIDRACARIA DE VEÍCULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMÓVEL - VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992 Código:72623 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND: 33903980	3565	UND	1

9. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Considerando o Art. 13 da Lei 14.133/21, em seu parágrafo único no item “II - quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.” A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas se fixem em torno do preço referencial da administração, acreditamos que a competitividade do certame sem o conhecimento do valor mensurado propicia-se melhores propostas para a licitação, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente, sem o viés do valor estimado pela Administração.]

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto referente à contratação de **SERVIÇO DE TAPECARIA PARA FROTA VEICULAR**.

10.2. Entretanto, verificou-se que o parcelamento não se mostra técnica nem economicamente vantajoso para a Administração, pelos seguintes motivos:

10.3. O serviço de tapeçaria automotiva envolve atividades interdependentes e padronizadas, tais como desmontagem, recuperação, confecção e instalação de revestimentos (bancos, forros, laterais e demais componentes internos), exigindo uniformidade de materiais, acabamento e técnicas de execução em toda a frota.

10.4. Adicionalmente, a contratação por lote único tende a proporcionar ganhos de escala, melhor negociação de preços e maior eficiência operacional, considerando a possibilidade de planejamento integrado das intervenções na frota.

10.5. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a solução mais adequada, garantindo maior eficiência, economicidade, padronização e qualidade na prestação dos serviços, em consonância com o interesse público.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise acerca da existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto, qual seja, **SERVIÇO DE TAPEÇARIA PARA FROTA VEICULAR**.

11.2. Verificou-se que não há contratações correlatas ou interdependentes vigentes ou planejadas que impactem diretamente a presente contratação.

11.3. O serviço de tapeçaria automotiva possui natureza específica e autônoma, abrangendo atividades como reforma, confecção e substituição de revestimentos internos (bancos, forros, laterais e demais componentes), não dependendo, para sua execução, de outros contratos simultâneos ou complementares.

11.4. Ressalta-se que, embora possa haver contratos de manutenção mecânica, elétrica ou de funilaria da frota, tais serviços possuem escopos distintos e independentes, não configurando interdependência técnica ou operacional com os serviços de tapeçaria.

11.5. Ademais, a execução do objeto não exige integração com outros fornecedores ou etapas vinculadas a diferentes contratações, sendo possível sua realização de forma isolada, contínua e plenamente funcional.

11.6. Dessa forma, conclui-se pela inexistência de contratações correlatas e/ou interdependentes, não havendo necessidade de adoção de medidas de compatibilização, sincronização ou gestão integrada com outros instrumentos contratuais.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação de **SERVIÇO DE TAPEÇARIA PARA FROTA VEICULAR** encontra-se alinhada ao planejamento institucional do órgão, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

12.2. A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), estando compatível com os objetivos estratégicos da Administração, especialmente no que se refere à manutenção, conservação e prolongamento da vida útil da frota oficial, garantindo condições adequadas de uso, segurança, conforto e economicidade.

12.3. A contratação também se mostra coerente com o planejamento orçamentário vigente, havendo previsão de recursos para sua execução, o que assegura sua viabilidade financeira.

12.4. Dessa forma, a contratação está devidamente integrada ao planejamento administrativo e orçamentário, atendendo às necessidades institucionais de forma eficiente e em consonância com o interesse público.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação de serviços de tapeçaria para a frota veicular visa proporcionar benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

13.2. Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- **Aumento da vida útil da frota:** a recuperação e manutenção dos componentes internos prolongam a durabilidade dos veículos, promovendo maior aproveitamento dos bens públicos.
- **Melhoria das condições de uso e conforto:** bancos e revestimentos em bom estado proporcionam melhores condições ergonômicas para motoristas e passageiros, favorecendo o desempenho das atividades institucionais.
- **Valorização e padronização da frota:** serviços de tapeçaria realizados de forma padronizada garantem melhor apresentação dos veículos, refletindo positivamente na imagem institucional.
- **Eficiência operacional:** veículos em boas condições internas tendem a demandar menos intervenções emergenciais, aumentando a disponibilidade da frota para atendimento das demandas do órgão.
- **Higiene e salubridade:** a substituição e recuperação de revestimentos contribuem para um ambiente interno mais limpo e adequado, especialmente em veículos de uso contínuo.

13.3. Dessa forma, a contratação contribui para o atendimento do interesse público, promovendo maior eficiência, economicidade e qualidade na gestão da frota institucional.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Na presente contratação não há providências a serem adotadas pelo setor requisitante.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Possíveis impactos ambientais:

Descarte de materiais (espumas, tecidos, courvin e etc.);

Uso de colas e solventes.

15.2. Medidas mitigadoras:

Destinação ambientalmente adequada dos resíduos;

Uso de materiais menos poluentes, quando possível;

Cumprimento da legislação ambiental vigente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KATIA SILENE TREYMANN

Chefe de Seção de Transporte do HCFAMEMA

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1.1. A presente contratação de serviços de tapeçaria para a frota veicular mostra-se **tecnicamente e economicamente viável**, conforme os elementos levantados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Necessidade da contratação

Verificou-se que os veículos da frota apresentam desgaste natural nos revestimentos internos (bancos, forros, laterais e demais componentes), decorrente do uso contínuo, comprometendo o conforto, a ergonomia, a segurança e a adequada conservação dos bens públicos. A ausência de manutenção adequada pode acelerar a depreciação dos veículos e gerar custos maiores com substituição futura.

Alinhamento ao interesse público

A contratação atende ao interesse público ao garantir melhores condições de uso dos veículos, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados pelos servidores e no transporte seguro de usuários, quando aplicável.

Análise de alternativas

Foram avaliadas as seguintes alternativas:

Execução do serviço com equipe própria: inviável devido à ausência de mão de obra especializada e estrutura adequada;

Contratação de serviço especializado: alternativa mais eficiente, com melhor relação custo-benefício.

Diante disso, a contratação de empresa especializada mostrou-se a opção mais adequada.

Viabilidade técnica

Há ampla disponibilidade no mercado de empresas especializadas em serviços de tapeçaria automotiva, com capacidade técnica para atender às demandas da Administração. Os serviços são padronizados, de fácil especificação e fiscalização, não apresentando complexidade excessiva.

Viabilidade econômica

A contratação é economicamente viável, pois o custo do serviço de tapeçaria é significativamente inferior ao custo de substituição dos componentes ou aquisição de novos veículos. Além disso, contribui para a preservação do patrimônio público e aumento da vida útil da frota.

Sustentabilidade

A contratação contribui para a sustentabilidade ao promover a recuperação e reutilização de materiais, reduzindo o descarte de resíduos e a necessidade de aquisição de novos componentes.

Riscos da não contratação

A não realização da contratação pode resultar em:

Agravamento do estado de conservação dos veículos;

Redução do conforto e segurança dos usuários;

Possível indisponibilidade de veículos.

17.1.2. Diante do exposto, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, sendo esta necessária, adequada e alinhada ao interesse público, apresentando solução eficiente e economicamente vantajosa para a Administração.

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA

(Processo Administrativo nº144.00002069/2026-17)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº CONT/00XXX/2026,
CELEBRADO ENTRE O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA
FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA – HCFAMEMA E
.....

O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, com sede na rua Dr. Reinaldo Machado, 255, Bairro Fragata, na cidade de Marília/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.082.016/0001-59, neste ato representado pelo Vice-Presidente Sr. Igor Ribeiro De Castro Bienert, nomeado pela portaria HCFAMEMA de 30 de setembro de 2025, publicado no DOE de 01 de outubro de 2025, inscrito no CPF sob o nº 093.398.827-33, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a),inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº.....,conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos,tendo em vista o que consta no Processo nº 144.00002069/2026-17 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90024/2026., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SERVIÇO DE TAPEÇARIA PARA FROTA VEICULAR**.,conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento,do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821 Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819 Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980					
3	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820 Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020/2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG-6A39 - PATRIMÔNIO 3708 Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA-0769, ANO 2014/2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824 Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA - ANO 2014/2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790 Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN- KOMBI-ANO 2011/2012- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA FAG- 9266-PATRIMÔNIO 884 Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZE-1670 - PATRIMÔNIO 823 Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980					
9	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTER - ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401 Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FIAT DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011- COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJI-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507 Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822 Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990 Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA EVS- 5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC Codigo:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Adaptado pelo Estado de São Paulo atualizado 01/01/2026

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA

Rua Dr. Reinaldo Machado 255 | Fragata | CEP: 17519-080 | Marília, SP

Fone: (14) 3434-2525 | CNPJ: 24.082.016/0001-59

Página 3 de 16

	Cod.ND:33903980					
14	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015/2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400 Codigo:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992 Codigo:72623 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **10 (dez) meses**, contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC – Índice de Preços ao Consumidor (FIPE), Índice de Preços de Serviços - Acumulado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de *30 (TRINTA) DIAS* para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (TRINTA) DIAS, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou

funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

9.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.5.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato.

9.5.2. A definição das prioridades para a execução dos serviços será de responsabilidade da **CONTRATANTE**, considerando suas demandas operacionais e a necessidade de manutenção dos veículos.

9.5.2.1. As intervenções serão organizadas por meio de cronograma de prioridades, podendo este ser ajustado conforme a evolução das necessidades.

9.5.2.2. Adicionalmente, após a celebração do contrato, poderão ser realizadas reuniões de alinhamento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** a qualquer momento, com o objetivo de definir, revisar ou reprogramar as prioridades de atendimento, assegurando maior eficiência na execução dos serviços e minimização de impactos nas atividades da frota.

9.5.3. Serviços a serem executados:

GRUPO 01		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SERVIÇO A SER REALIZADO
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821 Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none">Reforma dos bancos dianteirosCintosVolante
2	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819 Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none">Reforma dos bancos dianteirosCintosVolante
3	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820 Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none">Reforma dos bancos dianteirosCintosVolante

4	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020/2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG-6A39 - PATRIMÔNIO 3708 Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma dos bancos dianteiros
5	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA-0769, ANO 2014/2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824 Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma bancos dianteiros Cintos Volante Banco médico Banco acompanhante Tampão das portas laterais e traseira
6	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA - ANO 2014/2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790 Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma bancos dianteiros Cintos Volante Banco médico Banco acompanhante Tampão das portas laterais e traseira
7	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN-KOMBI-ANO 2011/2012-COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA- PLACA FAG-9266-PATRIMÔNIO 884 Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma de bancos dianteiros Cintos Volante
8	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZK-1670 - PATRIMÔNIO 823 Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma de bancos dianteiros Cintos Volante
9	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTER - ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401 Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma dos bancos dianteiros Volante
10	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMÓVEL - VEÍCULO FIAT DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011-COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJL-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507 Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reformas dos bancos dianteiros Reforma das portas, dianteira e traseira. Volante Banco traseiro e encosto traseiro
11	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMÓVEL - VEÍCULO FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822	<ul style="list-style-type: none"> Reforma dos bancos dianteiros Forros das portas dianteiras

	Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	
12	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990 Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma dos bancos dianteiros Cintos Volante
13	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA EVS-5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC Codigo:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma dos bancos Volante Cintos
14	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015/2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400 Codigo:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma dos bancos dianteiros
15	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEI - VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992 Codigo:72623 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	<ul style="list-style-type: none"> Reforma dos bancos Volante Cintos

9.5.3.1. Na execução do serviço, deverão ser utilizados materiais iguais ou similares ao original de acordo com a marca/modelo de cada veículo.

9.5.3.2. Deverá ser substituída as espumas estruturais nos casos de desgastes.

9.5.3.3. Lista do descritivo dos materiais:

ITEM	PLACA	MODELO	ANO	MATERIAL DE REFERÊNCIA
01	CZA6644	HYUNDAI/HR HDB	2011/2012	Courvin/couro
02	CZA6622	HYUNDAI/HR HDB	2011/2012	Courvin/couro
03	CZA6607	HYUNDAI/HR HDB	2011/2012	Courvin/couro
04	DGG6A39	MASTER/AMBULANCIA	2020/2021	Courvin/náutico
05	FGA0769	RENAULT/AMBULÂNCIA	2014/2015	Courvin/náutico
06	FVO8790	RENAULT/AMBULÂNCIA	2014/2015	Courvin/náutico
07	FAG9266	VW KOMBI	2011/2012	Courvin/couro
08	EZK1670	VW KOMBI	2011/2012	Courvin/couro
09	CTQ4G03	IMP/MBENZ/SPRINTERM	1998/1998	Courvin/couro
10	DJL1J33	FIAT/DOBLO	2010/2011	Tecido similar
11	CZA6628	FORD/FIESTA SEDAN1.6	2012/2012	Tecido similar
12	CTQ4H31	GM/CORSA ST	1999/1999	Courvin/couro
13	EVS5231	SAVEIRO RONTAN AMB	2011/2012	Courvin/couro
14	GJY8D91	VW/VOYAGE TL MB	2015/2016	Tecido similar
15	DMQ3F98	GM/MONTANA	2006/2007	Courvin/couro

9.5.4. O prazo estimado para a execução dos serviços de cada veículo será de aproximadamente **10 (dez) dias**, contados a partir da autorização formal para início dos serviços considerando **úteis** a quantidade e complexidade dos serviços de cada veículo concluindo todos os veículos dentro da vigência do contrato de **10 (dez) meses**.

9.5.5. Diante da essencialidade da frota para o desempenho das atividades institucionais, as manutenções deverão ser realizadas com a maior celeridade possível, observando-se a urgência na execução dos serviços, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos veículos garantindo sempre a qualidade dos reparos e a adequada recomposição dos materiais.

9.5.6. A **CONTRATADA** deverá, sempre que possível, otimizar seus processos e recursos visando à redução dos prazos, sem prejuízo da qualidade e segurança dos serviços prestados.

9.6. Local e horário da prestação dos serviços

9.6.1. A execução dos serviços de tapeçaria poderá, sempre que tecnicamente viável, ser realizada mediante a retirada das peças diretamente nas dependências da **CONTRATANTE** e encaminhadas à oficina da **CONTRATADA** para reforma. Essa prática estará condicionada à análise prévia e à aprovação da **CONTRATANTE**.

9.6.2. Caso seja constatado que o serviço pode ser executado sem prejuízo à qualidade e à segurança, a **CONTRATADA** ficará autorizada a realizar a remoção das peças necessárias, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, guarda, integridade e posterior reinstalação dos itens.

9.6.3. Essa medida visa otimizar a disponibilidade da frota, reduzir custos operacionais e minimizar o tempo de indisponibilidade dos veículos.

9.7. Quando não for possível a retirada das peças nas dependências da contratante os serviços deverão ser realizados nas dependências da **CONTRATADA**.

9.7.1. Os veículos deverão ser retirados e entregues no seguinte endereço: **Rua Drº Reinaldo Machado, nº 255, Fragata, Marília -SP**.

9.7.2. Os serviços desta licitação deverão ser executados **exclusivamente na oficina pertencente à contratada, não podendo subcontratar ou encaminhar o objeto da licitação para oficinas parceiras ou apoio técnico de terceiros**, sendo que a respectiva empresa deverá realizar o transporte dos veículos, do local onde se encontram até suas oficinas e vice-versa, em guinchos tipo plataforma.

9.7.3. Correrá por conta da **CONTRATADA** as despesas de seguro transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto, ficando ainda a empresa **CONTRATADA** responsável por qualquer avaria, danos, inclusive os provocados a terceiros e/ou ocorrência adversa havida nos veículos e/ou em seus equipamentos por ela recebidos, até sua entrega definitiva juntamente com os serviços contratados devidamente executados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:** Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei](#)

[nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 092601/09060
- II. Fonte de Recursos: 150.010.002
- III. Programa de Trabalho: 10302093048500000;
- IV. Plano de Trabalho Resumido (PTRES): 096002
- V. Plano de Contratação Anual: Id PCA PNCP 24082016000159-0-000001/2026 – HCFAMEMA.

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, adoção relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (DUAS) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

CÓPIA PORTARIA HCFAMEMA Nº 02 DE 20 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas.

O Superintendente em substituição do HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal.

RESOLVE:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. A desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. A inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. A falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
5. A reincidência na infração;
6. A imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. A falha escusável do licitante ou contratado;
2. A apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. A juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. A adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II. 2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art.162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§ 2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II. 4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pela Autoridade Competente, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Autoridade Competente para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Autoridade Competente, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Autoridade Competente, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado à Superintendente, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(is) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente PORTARIA deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021 do HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA – HCFAMEMA.

Assino o presente nos moldes do artigo 23 da Lei nº 10.261/1968.

Marília, na data da assinatura digital.

TARCÍSIO ADILSON RIBEIRO MACHADO
Superintendente em substituição do HCFAMEMA

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA-6644 - PATRIMÔNIO 821 Codigo:72643 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA CZA 6622 - PATRIMÔNIO 819 Codigo:72644 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE CAMINHAO - VEÍCULO HYUNDAI HR HDB - ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL DIESEL PLACA CZA 6607 - PATRIMÔNIO 820 Codigo:72645 Cod.SIAFISICO: 19577 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT MASTER FUR L3H2 - ANO 2020/2021 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA DGG-6A39 - PATRIMÔNIO 3708 Codigo:72630 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA, PLACA FGA-0769,	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	ANO 2014/2015, COMBUSTÍVEL DIESEL - PATRIMÔNIO 824 Codigo:72631 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980					
6	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO RENAULT M NIKS AMBULANCIA - ANO 2014/2015 - COMBUSTÍVEL DIESEL - PLACA FVO 8790 Codigo:72632 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIO - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN-KOMBI-ANO 2011/2012-COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA FAG-9266-PATRIMÔNIO 884 Codigo:72633 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE UTILITARIOVEÍCULO VW - VOLKSWAGEN KOMBI - ANO2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA EZK-1670 - PATRIMÔNIO 823 Codigo:72636 Cod.SIAFISICO: 19593 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE MICROONIBUS E VA VEÍCULO IMP-MBENZ 310 D SPRINTERM - ANO 1998/1998 - COMBUSTÍVEL DIESEL- PLACA CTQ-4G03 - PATRIMÔNIO 4401 Codigo:72651 Cod.SIAFISICO: 19631 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FIAT DOBLO RONTAN AMB2 - ANO 2010/2011-COMBUSTÍVEL	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	ALCOOL/GASOLINA - PLACA DJL-1933 - PATRIMÔNIO FAMAR 3507 Codigo:72616 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980					
11	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX - ANO 2012/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA CZA-6628 - PATRIMÔNIO 822 Codigo:72619 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO GM CORSA ST - ANO 1999/1999 - COMBUSTÍVEL GASOLINA - PLACA CTQ4H31 - PATRIMÔNIO 3990 Codigo:72620 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN SAVEIRO RONTAN AMB-ANO 2011/2012 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA-PLACA EVS-5231 - PATRIMÔNIO PERMISSÃO - ACC Codigo:72621 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL - VEÍCULO VW - VOLKSWAGEN VOYAGE TL MB - ANO 2015/2016 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA GJY-8D91 - PATRIMÔNIO 4400 Codigo:72622 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	SERVICO DE MANUTENCAO TAPECARIA/VIDRACARIA DE VEICULO TERRESTRE - TAPECARIA DE AUTOMOVEL -	3565	UND	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

VEÍCULO GM MONTANA CONQUEST - ANO 2006/2007 - COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA - PLACA DMQ 3F98 - PATRIMÔNIO 3992 Codigo:72623 Cod.SIAFISICO: 19658 UNIDADE SIAFISICO:1 Cod.ND:33903980						
---	--	--	--	--	--	--

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Nº ____CONTA CORRENTE, Nº ____**AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL**

Na proposta apresentar os dados do responsável Legal pela assinatura do contrato (Nome; RG; CPF; Cargo/Função; email; telefone e procuração caso necessário).

ANEXO V**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)****ANEXO V.I****DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da empresa _____ CNPJ nº _____, situada na rua: _____, _____ na cidade _____/_____ (estado), interessado em participar do pregão eletrônico nº _____/_____, processo nº _____, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art .9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

§1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação Na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou Representante de empresa que preste assessoria técnica.

DECLARO que eu e demais sócios ou proprietários da empresa não correspondemos a:

1 – Membro do corpo diretivo ou administrativo da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.

2 – Profissional remunerado por cargo de chefia ou confiança em qualquer das entidades da Faculdade de Medicina de Marília-FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília–HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília–FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.

3 – Profissional que de alguma forma esteja envolvido diretamente na utilização dos produtos ou serviços objeto desse processo de compras na Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA, Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR ou da Fundação Municipal de Ensino – FUMES.

Comprometo em informar as alterações do quadro societário da referida empresa, caso reflita nos itens indicados, durante o período de vigência desta declaração.

Esta declaração tem validade de 180 dias a contar da data de assinatura.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Cargo na empresa

RGE CPF:

ANEXO V.II

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art.117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art.5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art.5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Cargo na empresa

RGe CPF:

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.I

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO COM REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (emitido pela unidade contratante)

ATESTO que o representante legal do licitante _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessário para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e
qualificação do representante da licitante)

(nome completo, assinatura e cargo do
servidor responsável por acompanhar a
visita)

ANEXO VI.II

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante **não realizou** a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)